


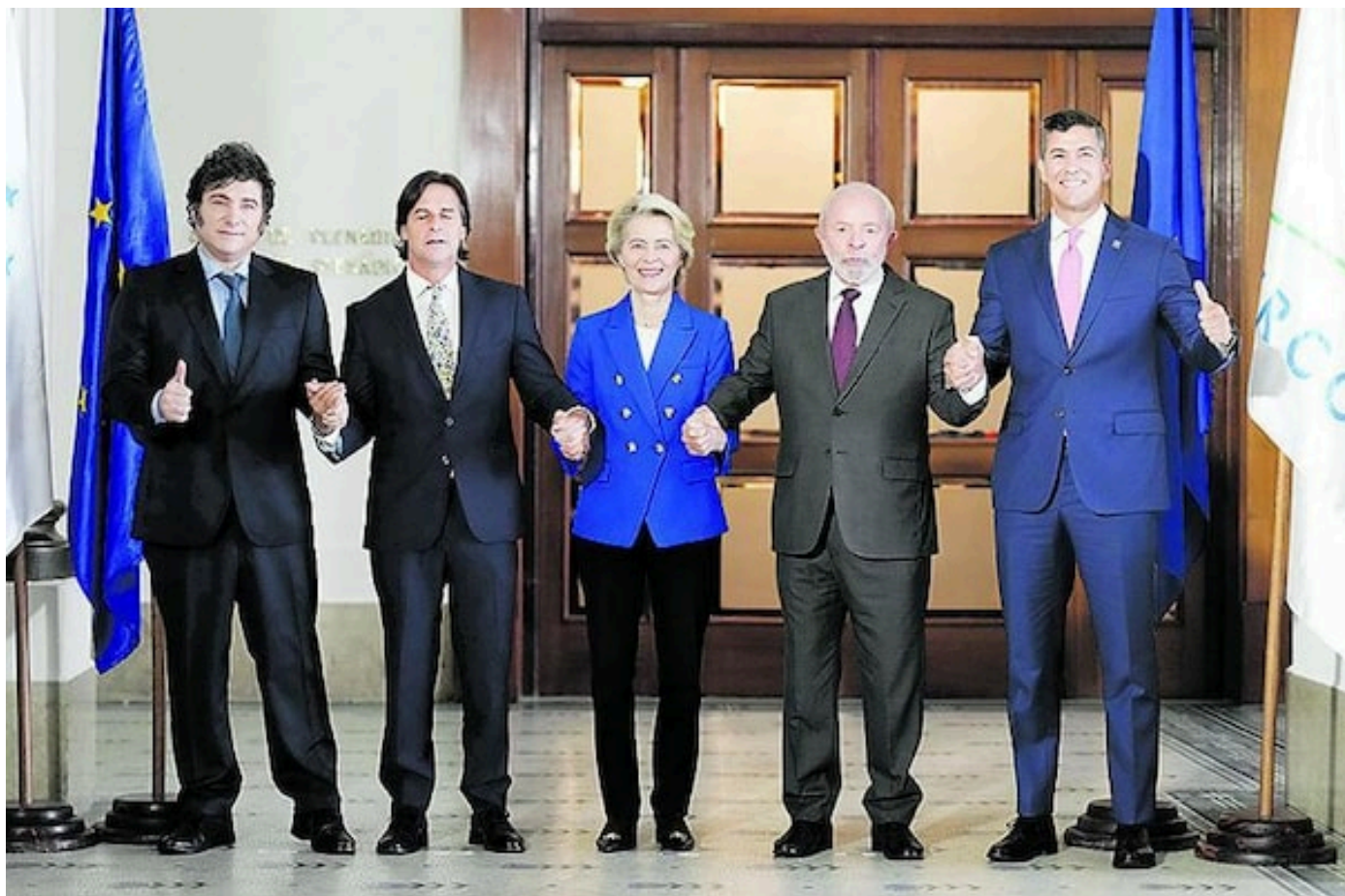
Acordo União Europeia - Mercosul é bom ou ruim para o meio ambiente? Veja o que dizem especialistas

 estadao.com.br/sustentabilidade/acordo-uniao-europeia-mercossul-e-bom-ou-ruim-para-o-meio-ambiente-veja-o-que-dizem-especialistas

Roberta Jansen

January 16, 2026

Acordo Mercosul - União Europeia: o que acontece agora?



Após assinatura, texto precisará passar pelo Parlamento Europeu, considerado mais protecionista. Crédito: Estadão/imagens da AFP

Depois de pouco mais de três décadas de negociações deve ser ratificado no sábado, 17, o acordo de livre comércio entre o [Mercosul](#) e a [União Europeia](#). Com as assinaturas de 27 países da Europa e de quatro da América do Sul, entre eles o Brasil, será criada a maior zona econômica do mundo, envolvendo 25% de toda a riqueza do planeta e um mercado consumidor de nada menos que 720 milhões de pessoas.

O acordo comercial prevê a redução ou eliminação gradual de tarifas de importação e exportação, além de regras comuns para temas como comércio de bens industriais e agrícolas, investimentos e padrões regulatórios. Na análise de autoridades e especialistas, para além dessas questões, o novo acordo é o primeiro em nível mundial a estabelecer vantagens econômicas para os países que preservam o meio ambiente e combatem o aquecimento global - e as devidas penalidades para os que não o fizerem.

Isso porque o tratado prevê que as nações signatárias não enfraqueçam suas legislações ambientais internas para favorecer o comércio exterior e não abandonem o Acordo de Paris - o tratado global que prevê a redução das emissões de gases do efeito estufa.

“Uma das principais condições para que o acordo vigore é que os países não enfraqueçam sua legislação ambiental, o que cria uma barreira contra eventuais retrocessos internos”, afirmou o professor Raoni Rajão, coordenador do Centro Tecnológico de Modelagem Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Como as metas do Brasil são ambiciosas, isso significa que, independentemente do governo, vai haver pressão econômica para que sejam cumpridas.”

A outra condição importante para que os países signatários garantam os benefícios econômicos previstos no tratado é que não abandonem o Acordo de Paris, pacto global para cortar as emissões de gases de efeito estufa.

“Ou seja, o acordo cria benefícios econômicos reais para aqueles que cumprirem o Acordo de Paris e pune os que o abandonarem”, afirma Rajão.

Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), Vitélio Brustolin concorda. “Tem grande potencial de balizar as questões ambientais e o desmatamento”, afirma.

Os dois especialistas, no entanto, frisam que para ser realmente eficiente do ponto de vista ambiental, o acordo precisa ser acompanhado de instrumentos de monitoramento das ações.

Um dos principais mecanismos é a entrada em vigor da Regulação de Desmatamento da União Europeia, lei que proíbe a importação e comercialização de commodities (soja, cacau, café, carne, madeira, borracha, óleo de palma e derivados) ligadas a desmatamento e degradação da floresta, exigindo a rastreabilidade dos produtos importados. Originalmente, a lei deveria ter entrado em vigor em janeiro de 2025, mas o prazo já foi adiado duas vezes. A data agora é janeiro de 2027.

Segundo Rajão, os cálculos são de que até 20% da soja e 20% da carne exportadas estejam ligadas ao desmatamento ilegal. “Ou seja, precisamos de controles por parte dos compradores, para que verifiquem os carregamentos; isso será possível com a entrada em vigor da nova lei.”

O Brasil, por sua vez, também precisa criar critérios para atestar a rastreabilidade de seus produtos.

“O Brasil tem alguns pontos positivos para fazer esse monitoramento. O agronegócio está integrado a cadeias globais por exemplo, mas precisa de políticas públicas de adaptação porque ainda há gargalos por conta da longa cadeia”, diz Brustolin.

“Esse adiamento do Parlamento Europeu (*das regras de desmatamento*) é uma janela para o Brasil organizar a rastreabilidade de seus produtos em escala e ainda apoiar quem está mais vulnerável”, diz Brustolin, também pesquisador na Universidade Harvard (EUA).

Parte das organizações ambientais na América Latina e na Europa, no entanto, têm avaliação diferente. Para essas organizações, a redução das tarifas de importação e exportação devem, ao contrário, estimular o desmatamento no Brasil.

“Uma das razões para a entrada em vigor da lei da União Europeia ter sido adiada é justamente a pressão do agronegócio que tenta alterar a cláusula que diz que os compradores devem fiscalizar a origem dos produtos”, afirma Lis Cunha, do Greenpeace.

“Eles querem que a UE aceite certificados (*de que os produtos não têm origem no desmatamento*) apresentados pelos próprios países do Mercosul; ou seja, estão pressionando para que limitem a aplicação da lei para produtos do Mercosul.”

Ou seja: o bloco europeu não seria o responsável por fiscalizar se a origem do produto não tinha desmate em sua cadeia de produção. Com isso, avalia Lis Cunha, haverá, na verdade, um incentivo ao agronegócio predatório e à exportação de produtos ligados ao desmatamento.

Conforme a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o tratado está alinhado à agenda ambiental brasileira, ao promover o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, preservar a natureza e enfrentar a mudança do clima.

“As negociações resultaram em um texto equilibrado e alinhado aos desafios ambientais, sociais e econômicos contemporâneos”, afirmou, em nota oficial divulgada pela pasta.